



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA DANIELLA RIBEIRO

RELATÓRIO Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 64, de 2019 (MSG nº 323/2019), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor CARLOS RICARDO MARTINS CEGLIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à República da Turquia.*

Relatora: Senadora **DANIELLA RIBEIRO**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor CARLOS RICARDO MARTINS CEGLIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à República da Turquia.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

A Mensagem Presidencial encaminha o currículo do diplomata indicado elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE). Ele é filho de Silvério Ceglia e Nora Martins Pereira e Souza, e nasceu em 24 de abril de 1958, no Rio de Janeiro/RJ.

Carlos Ricardo Martins Ceglia graduou-se em Ciências Políticas pelo *Institut d'Etudes Politiques*, em Toulouse, França, em 1980.



SF/19802.89792-32

Ingressou na carreira diplomática em 1984, após concluir o Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco (IRBr) no ano anterior. Ainda no IRBr, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1992 e o Curso de Altos Estudos em 2006, quando defendeu a tese “A eleição de Álvaro Uribe V. à Presidência da República da Colômbia. Análise da política de mano dura contra as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colômbia – Ejército del Pueblo (FARC-EP)* e suas repercussões para o Brasil – 08/2002 a 12/2004”.

Ascendeu a Primeiro-Secretário em 1996; a Conselheiro, em 2002; a Ministro de Segunda Classe, em 2006; e a Ministro de Primeira Classe, em 2013. Todas as promoções por merecimento.

Entre os cargos e funções que exerceu na carreira, podemos aqui destacar os Assessor Especial no Ministério do Planejamento e Orçamento (1996 a 1997); Primeiro-Secretário na Embaixada em Paris (1997 a 2000); Primeiro-Secretário e Conselheiro na Embaixada em Bogotá (2000 a 2003); Conselheiro na Embaixada em Túnis (2003 a 2005); Chefe da Divisão da Europa II (2006 a 2007); Ministro-Conselheiro na Embaixada em Washington (2007 a 2010); Chefe da Divisão de Atos Internacionais (2010 a 2011); Diretor do Departamento do Oriente Médio (2011 a 2015) e Embaixador do Brasil na Malásia e em Brunei Darussalam (de 2015 até o presente).

O currículo registra ainda as condecorações recebidas pelo Embaixador Carlos Ricardo Martins Ceglia: Ordem do Mérito, da Itália (1995); Ordem Nacional do Mérito, da França (1996), Ordem Mérito das Forças Armadas, do Brasil (1996); Ordem do Rio Branco, do Brasil (2010) e Ordem do Mérito Militar, do Brasil (2010).

Além do *curriculum vitae* do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a República da Turquia e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

A República da Turquia é um país com posição geográfica única, entre a Ásia e a Europa. O país é situado no cruzamento entre os Balcãs, Cáucaso, Oriente Médio e o Mediterrâneo. Está entre os maiores países em termos territoriais e populacionais na região, com área superior a qualquer estado europeu. A capital é Ancara e a maior cidade é Istambul. O estado é parte de diversas organizações internacionais, sendo membro-fundador da OCDE, OSCE, OCI e G20. Tornou-se membro do Conselho da



Europa em 1949 e membro associado da Comunidade Europeia em 1963. Desde 1995 é parte da união aduaneira da União Europeia, tendo começado as negociações para integrar o bloco europeu em 2005. A Turquia é um país laico, com sistema presidencialista desde 2017, após referendo popular.

As relações bilaterais Brasil-Turquia remetem ao relacionamento entre o Império do Brasil e o Império Otomano, que já em 1858 assinaram Tratado de Amizade e Comércio. Em 1908, para atender à demanda gerada pelo grande fluxo de cidadãos otomanos que chegavam ao Brasil, o Império Otomano abriu Consulados-Gerais em São Paulo e no Rio de Janeiro. Em 1930, as Repúblicas do Brasil e da Turquia abriram Embaixadas mútuas, no Rio de Janeiro e em Ancara, inaugurando canais de diálogo mantidos de forma ininterrupta até os dias de hoje. Ao longo do século XX, o relacionamento bilateral manteve-se cordial, ainda que distante.

Na primeira década do século XXI, o relacionamento conheceu significativo aprofundamento. Em 2006, a operação de evacuação de brasileiros no contexto da guerra do Líbano contou com importante apoio da Turquia, o que contribuiu para aproximar os dois países. Em 2009, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou a primeira visita de um chefe de Estado brasileiro à Turquia. Nessa visita, negociou-se o que viria a ser a Declaração de Teerã – documento firmado entre os dois países e o Irã em 2010 como contribuição para a construção de confiança para a resolução do dossiê nuclear iraniano.

Em 2010, a adoção do “Plano de Ação Bilateral para a Parceria Estratégica” constituiu importante passo para a intensificação da cooperação bilateral por meio de dois mecanismos: i) a Comissão de Cooperação Conjunta de Alto Nível (CAN), em nível de Ministro das Relações Exteriores; e ii) o Mecanismo Bilateral de Consultas Político-Diplomáticas, em nível de Secretário-Geral e de Subsecretários dos Ministérios das Relações Exteriores. O Plano de Ação identifica as seguintes principais áreas para o desenvolvimento das relações Brasil e Turquia: i) diálogo político e cooperação em foros multilaterais; ii) comércio e investimentos; iii) energia; iv) biodiversidade; v) meio ambiente e desenvolvimento sustentável; vi) defesa; vii) combate ao terrorismo e ao crime organizado; viii) ciência, inovação e alta tecnologia; e ix) intercâmbio cultural e educacional.

Embora o país seja membro da OTAN desde 1952, frequentemente tem atritos com os EUA. Recentemente, os EUA estão tentando impedir a entrega de jatos F-35 à Turquia em decorrência da



intenção de compra de sistemas russos S-400. A aquisição do sistema é vista como solução para as deficiências no setor de defesa aérea. Com a Rússia, a Turquia desenvolve dois projetos estruturantes de grande visibilidade: gasoduto TurkStream, que está em fase avançada de construção pela Gazprom, terá capacidade total de 31,5 bilhões de metros cúbicos de gás natural e deverá entrar em atividade ainda em 2019; e o primeiro complexo nuclear da Turquia, situado em Akkuyu, desenvolvido por consórcio liderado pela Rosatom e com inauguração prevista para 2023, ano do centenário da República da Turquia.

Há aproximação com países asiáticos, sendo que as relações foram elevadas à categoria de parceria estratégica com seis países, a saber: China, Japão, Indonésia, Coreia, Malásia e Cingapura. Não obstante, pode-se ainda dizer que a Turquia continua ancorada em sua aliança Ocidental, com os EUA como seu principal fornecedor militar, e a Alemanha, o principal parceiro econômico, comercial e de investimentos, com mais de 8.000 filiais de empresas alemãs instaladas na Turquia.

O Brasil apoia todos os esforços multilaterais para resolver a questão de Chipre, inclusive a Força das Nações Unidas de Manutenção da Paz em Chipre (UNFICYP), com a qual o país contribui anualmente com um observador militar, em geral um capitão do Exército, incorporado ao contingente argentino da Missão.

O Brasil mantém a posição de se solidarizar com a tragédia humana que abalou o povo armênio em 1915, no contexto da Primeira Grande Guerra Mundial, sem no entanto caracterizar os eventos como genocídio. Apoiamos e favorecemos a busca do diálogo entre a Armênia e a Turquia, com vista à resolução de questões históricas e à melhora das relações entre os dois países.

Na primeira década do século XXI, as relações econômico-comerciais Brasil-Turquia registraram evolução sem precedentes, refletindo, possivelmente, a intensificação das relações políticas entre ambos os países. Esse crescimento é ainda mais representativo ao se considerar os efeitos da crise financeira global, iniciada no segundo semestre de 2008, e da crise nos países da zona do euro, com os quais a Turquia mantém estreita relação.

Entre 2000 e 2012, a corrente de comércio passou de US\$ 343 milhões para a cifra recorde de US\$ 2,7 bilhões. O comércio entre o Brasil e a Turquia cresceu entre 2016 e 2017, segundo as estatísticas do MDIC, de US\$ 1,8 bilhões em 2016 para US\$ 2,2 bilhões em 2017. Em 2017, as



exportações brasileiras alcançaram US\$ 1,82 bilhões e as importações brasileiras US\$ 468 milhões. Entre 2017 e 2018 houve aumento do fluxo de comércio entre Brasil e Turquia, que passou de US\$ 1,3 bilhões para US\$ 1,8 bilhões, principalmente devido ao aumento das exportações brasileiras. Trata-se do maior fluxo bilateral histórico entre os países.

Apesar do saldo favorável, as exportações brasileiras são de menor valor agregado, em que se destacam os seguintes itens: produtos semimanufaturados de ferro e aço; minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados; algodão simplesmente debulhado; café não torrado, em grão; soja, mesmo triturada, exceto para semeadura; bovinos vivos (a Turquia é atualmente o maior importador do Brasil); laminados de outras ligas de aço quente em rolos; fumo não manufaturado; gasolina; e polpa de madeira. Os principais produtos importados da Turquia para o Brasil são: óleo diesel; avelãs secas e frescas; fibras artificiais; carbonatos; batatas; autopeças; damascos secos; cimentos não pulverizados; produtos à base de sais de cromo; e transformadores elétricos.

Da perspectiva brasileira, o crescimento da economia turca oferece ampla gama de oportunidades, que se associam à expansão do seu comércio exterior, principalmente no que se refere às importações, que têm crescido mais que as exportações.

Brasil e Turquia não têm em vigor acordo bilateral para proteção de investimentos - que a Turquia mantém com 75 blocos e países, inclusive com a Argentina, desde 01/05/1995. Minuta de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos, elaborada pela parte brasileira, foi apresentada, em 2014, ao Governo turco para análise.

Pela natureza de relatório informativo, nos termos regimentais, não cabe aduzir outras considerações opinativas nesta peça.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

